

INTEGRAÇÃO EUROPEIA DESIGUAL E COMBINADA

UNEVEN AND COMBINED EUROPEAN INTEGRATION

*Rodrigo Ismael Francisco Maia*¹

RESUMO: Temos o interesse em mostrar aspectos do processo de integração europeu do ponto de vista da crise da esquerda na Europa Ocidental. Temos como pressuposto que a integração europeia foi um processo desigual e combinado, que teve seus fundamentos nas investidas dos EUA e na oposição às perspectivas socialistas baseadas na experiência soviética. A adoção da forma política da democracia liberal no imediato pós II Guerra foi o caminho buscado e alcançado pelos governos, reconstruindo as estruturas dos países com apoio advindo do Plano Marshall, assegurando sua segurança internacional e assentando as bases sociais com o welfare state. Realizamos um debate teórico e histórico, observando que a integração ocorreu como processo em meio à contenda internacional da Guerra Fria, dualizada entre EUA e URSS, mas, sobretudo, a integração foi marcada pelas lutas sociais, que resultaram em derrotas organizativas e vitórias parciais para as classes trabalhadoras.

Palavras-chave: Integração europeia. Esquerda comunista. Desenvolvimento desigual e combinado. Social-democracia. Partidos Comunistas.

ABSTRACT: We are interested in showing aspects of the European integration from the perspective of the left crisis in Western Europe process. We assume that European integration has been uneven and combined process, which had its roots in the U.S. invested and in opposition to socialist perspectives based on sovietc experience. The adoption of the political form of liberal democracy in the immediate post World War II was way sought and achieved by governments, rebuilding the structures of the countries with support coming from the Marshall Plan, ensuring its international security and laying the groundwork with the social welfare state. We conduct a theoretical and historical debate, noting that the integration process as occurred amid international strife of the Cold War dualized between the U.S. and USSR, but above all, the integration was marked by social struggles that have resulted in organizational defeats and partial victories for the working classes.

Keywords: European integration. Communist Left. Uneven and combined development. Social democracy. Communist Parties.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: rodrigomaiacs@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O processo de integração europeu emergiu com força após a fragmentação ocasionada pelos sangrentos conflitos da II Guerra. Um projeto que já havia sido discutido pelos comunistas, mas que foi inteiramente diferente na aceção e na implementação pela vertente liberal-democrática. As bases da integração europeia foram assentadas na democracia liberal, isto é, nos moldes do capitalismo vigente do pós-II Guerra, em oposição ao expansionismo da União Soviética, num momento em que as dores da guerra apontavam para a integração das diversas partes dilaceradas como uma opção a ser tentada.

Os caminhos adotados pelos Estados que empreendiam a integração sob governos diversos e divergentes foram similares em seus termos gerais, como também foi particular em cada país a atuação da esquerda nas sucessivas fases da integração europeia. A coadunação de diferentes propostas de integração com orientação à direita e à esquerda foi uma disputa de ferro, sendo que em alguns momentos a luta indicava a inviabilidade de uma Europa unida, mas em outros, foram as próprias organizações de esquerda que aceitaram a ideia da unidade de países e os benefícios que isso poderia trazer, mesmo que no espaço de uma democracia liberal. Buscamos aqui, a partir dessa ideia, compreender o papel da esquerda na integração europeia; considerando que foi um processo complexo que redefiniu e continua a redefinir a forma de alianças estatais, e também que permite observar uma breve atuação histórica das forças de esquerda, representativas das classes trabalhadoras.

Aliás, hoje a democracia liberal que prevalece nos países Ocidentais que estão há anos em crise parece não ter nenhuma oposição como referência, nenhuma forma política que a supere. O colapso dos países soviéticos deixou evidente que o socialismo tentado durante décadas não era possível; evidenciou que diante do desenvolvimento econômico das forças produtivas do capitalismo, deveria haver forças políticas também em mutação, algo que parece não ter sido possível na URSS. Mesmo nos países europeus, a resistência da esquerda enfrentou dificuldades em se adaptar às transformações nas classes trabalhadoras que conseguiram beber um pouco da água da fonte do crescimento bombástico do pós-II Guerra.

A potencialidade de lutas defensivas caiu gradativamente, conforme a ideia de superação gradativa do capitalismo se tornava mais esfumada, isto é, havia o rebaixamento não apenas das estratégias, mas também de todo o espírito de resistência. A ofensiva ficou a cargo da reviravolta neoliberal nas forças produtivas, combinando um

momento de ascensão do capitalismo nos países ocidentais, decadência social geral nos países soviéticos e preparação para a restauração capitalista no Leste europeu.

A CONTENDA DO SÉCULO XX: URSS E EUA

Diversas literaturas da ciência política e das relações internacionais indicam que a partir de 1985 há uma virada na política externa da União Soviética (URSS) graças ao novo entendimento do equilíbrio de poder, inaugurado por Mikhail Gorbachev. Em 1987, em vez de estabelecer um tratado de paz perpétua, o governo dos Estados Unidos (EUA) e da URSS firmam uma declaração conjunta que estabelecia novas diretrizes para os conflitos mundiais, como as décadas seguintes confirmam. Sem dúvida as duas maiores potências passaram à política do diálogo, mas de nenhum modo outras formas de exercer a política foram abandonadas: a redução das tensões visava um maior estabelecimento da dominação global num momento em que a URSS indicava contraditoriamente o fim de uma era.

Para o entendimento da contenda URSS X EUA, é preciso ter em conta um fator considerado, mas não muito abordado, que é a Revolução de 1917 na Rússia. O desgaste social promovido pela dominação Tzarista durante séculos, os conflitos permanentes contra outros países e a Guerra Mundial foram fatores essenciais para que na Rússia uma clara ideologia revolucionária (marxista) se espraiasse em organizações políticas. O sentimento de negação às guerras e ao imperialismo foram recusados pelas massas de trabalhadores não só da Rússia, mas de diversos outros países dentro e fora da Europa, o que permitiu aos teóricos e militantes comunistas a compreensão de que as condições para uma revolução mundial estavam dadas.

A revolução foi internacional, bem-sucedida em diversos locais, sufocada pelas forças imperialistas na maioria deles. O desequilíbrio de poder foi combinado pela guerra imperialista e pela oposição ao socialismo na Rússia. A partir de 1917 o que era teoria se verificou de modo mais profundo na prática das classes trabalhadoras russas e nos partidos da revolução, colocando para as classes dominantes capitalistas um problema internacional, pois o risco de contágio da Revolução Russa era enorme. De imediato, houve a formação de diversos Partidos Comunistas em muitos países, sendo que em alguns casos a revolução se aproximou de tal maneira que a guerra civil ou alguma outra forma de conflito rebentou para evitar a tomada do poder da burguesia pelas mãos de trabalhadores. Desse modo, de um ponto de vista metodológico, para compreender o

cenário mundial das relações internacionais desde o início do século XX levamos em consideração as atuações e os interesses das diferentes classes da sociedade capitalista, não compreendendo que as ações dos Estados, exércitos, Partidos etc., são realizadas apenas por indivíduos, mas correspondem também às ideologias, aos anseios e necessidades de classes.

Nesse sentido, a Revolução na Rússia contagiou os comunistas na Itália e Alemanha, como já havia contagiado os franceses, chineses, como ocorreria na Argentina, Brasil, Índia; o problema posto não dizia respeito apenas ao conflito internacional entre Estados, como se pode imaginar numa simplificação das tensões entre URSS e EUA, mas, ao mesmo tempo, foi um problema doméstico, isto é, o conflito de classes da sociedade capitalista se expressa internamente e internacionalmente. Para os revolucionários comunistas da então conformada URSS o interesse era eliminar a burguesia e sua forma de dominação social; para as classes dominantes dos países capitalistas, tratava-se de empreender esforços quais fossem precisos para a manutenção social, para isso, o Estado foi concebido e construído ao longo de séculos.

A contenda URSS versus EUA não foi um mero duelo, mas envolveu o mundo todo durante décadas no século XX, e o chamado breve século XX² tem suas extremidades apontadas justamente no começo e no fim da empreitada pelo socialismo. O conflito, quase que inevitável, indicava as incompatíveis aspirações levadas pelos Estados (CARR, 2001).

De início, o conflito principal estava designado na oposição “socialismo e liberalismo”, mas ao fim tanto um como o outro sofreram alterações ao longo do século; as ideologias, as guerras internacionais e civis, as eleições, a emergência de novas referências políticas, são alguns fatores que podem ajudar a observar as mudanças ocorridas. Uma imagem nos ajuda na figuração do conflito que iniciou por volta de 1917, e que tomou maiores proporções após a II Guerra Mundial e que até a atualidade desperta sentimentos.

The United Kingdom, the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics shall possess supreme authority with respect to Germany. In the exercise of such authority they will take such steps, including the complete dismemberment of Germany as they deem requisite for future peace and security. (YALTA DECLARATION, 1945, p. 4).

² Caracterização feita por Eric Hobsbawn (2003) em A Era dos Extremos.

A condição da cidade de Berlim expressava a divisão do mundo em duas partes, o capitalismo e o “socialismo real”, expressava a criação de gerações “à sombra de batalhas nucleares globais” (HOBSBAWM, 2003). Os acordos de Yalta e Potsdam firmariam as restrições das partes sobre regiões do mundo, englobando desde as fronteiras ideológicas, como as estratégicas e energéticas. Mas os ataques com bombas atômicas no Japão logo após o encerramento das Conferências também era uma demarcação do superior poder bélico dos EUA, embora o poder em amplo sentido não fosse total, de tal monta que parte da Europa se viu segmentada e tendencialmente passível de disputa pelos projetos de democracia liberal e o socialista. Com a separação das fronteiras pautadas em diferentes perspectivas sociais, portanto, a Europa Ocidental dos pós II Guerra Mundial se tornou um lugar estratégico, ainda que destruído material e ideologicamente. E é nesse marco histórico que buscaremos argumentar o significado da construção de uma integração na Europa Ocidental.

A Europa ocidental, situada no meio geográfico entre URSS e os EUA, se lançou mais ainda ao ocidente aderindo às investidas de parcerias dos EUA. Como Haas (1961) salienta, um mote para a integração é a aceitação de uma mediação externa pelas partes, como medida para evitar conflitos, acomodando cisões e diferenças ainda que preservando relativas autonomias, em âmbitos internos e internacionais. Em dois campos de ação se deu o estreitamento de relações entre EUA e os países ocidentais da Europa. Um passo rumo à integração foi a aceitação do auxílio oferecido pelos EUA à reconstrução dos danos de guerra, o Plano Marshall.

The role of this country should consist of friendly aid in the drafting of a European program and of later support of such a program so far as it maybe practical for us to do so. The program should be a joint one , agreed to by a number, if not all, European nations. (MARSHALL PLAN, 1947, p. 3).

Num segundo âmbito, dos conflitos bélicos que tantos danos causaram à Europa e ao mundo, a aliança ocidental entre Europa e EUA foi um fator decisivo para desequilibrar a contenda.

Tanto o lançamento do Plano Marshal como a instauração da OTAN devem ser vistos como representantes do abandono das concepções isolacionistas tradicionais da política externa norte-americana, estabelecendo um elo direto de ligação entre os Estados Unidos e seus aliados europeus, investindo em parcerias de fato. (PECEQUILO, 2005, p. 151).

A criação da OTAN em 1949 supriria a fragilidade bélica momentânea da Europa ocidental, ao mesmo tempo em que aproximava ainda mais os países destruídos dos EUA,

numa clara ofensiva à URSS. A URSS, por sua vez, realiza a aliança de Varsóvia. A partir daí, o pós II Guerra assume um novo momento em que a dinâmica de correlação de forças indicava a iminência de uma nova guerra, já que o objetivo político de derrota do inimigo não havia ainda sido atingido por nenhum dos dois lados da contenda³.

A Guerra Fria marca o período final do breve século XX, mas já no início dos anos 1970 a contenda bipolar indicava mudanças. Em 1972, os EUA e a URSS assinam junto de países europeus o Tratado de Helsinque, para Cooperação pela paz após vários anos de guerra nuclear em deflagração. O acordo previa o respeito pelas fronteiras, o esforço para preservação dos Direitos Humanos e a cooperação pela paz mundial, evidenciando uma aproximação diplomática entre EUA e URSS – o que deve ser observado à luz das mudanças não só das relações internacionais, mas também das políticas internas: as mudanças na União Soviética foram também econômicas e sociais num sentido de aproximação ascendente com o Ocidente num momento em que se tornava evidente a derrota do bloco soviético e a restauração do capitalismo no Leste Europeu (DEL ROIO, 2008; MAIELLO, 2011).

INTEGRAÇÃO DESIGUAL E COMBINADA

Como sugere Ernest Haas (1961), embora a integração da política na forma de Estado-nação seja um fato histórico na Europa, a desintegração é o assunto dominante, pois a integração europeia pós 1945 está baseada na generalização da cooperação internacional pela paz e pela política comunitária, em que os conflitos mundiais do século XX tiveram como agentes protagonistas e palco os países europeus, e a história da integração-desintegração é longa e pode ser remontada desde o Império Romano, sendo esses alguns fatores que justificariam a aceitação do mito da integração. Além disso, para Haas o mito deve estar assentado em três compromissos fundamentais: 1) igualdade nas trocas como aspecto para redução dos antagonismos; 2) acomodação das cisões e diferenças através da aceitação de mediação; 3) acomodação das bases com a perspectiva de melhoramento dos interesses comuns (1961, p. 367). Mas, por outro lado, como Bieler (2005) sustenta, a análise sobre a integração europeia tem sido dominadas pelas perspectivas neo-funcionalistas e intergovernamentalistas, nas quais há negação dos elementos históricos, como o caráter das relações sociais de produção, privilegiando uma separação entre Estados e economias (2005:

³ Ver: CLAUSEWITZ, C. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 80-204-337; 737.

514).

De longe os compromissos não são uma proposta que faz coro com o socialismo, ao contrário, a perspectiva apresentada por HAAS se mostra adequada ao projeto empreendido desde a Europa dos Seis⁴, isto é, o projeto de democracia-liberal nascido com a intervenção direta dos EUA na reconstrução política, social e econômica da Europa destruída. O pós-Guerra deu aos EUA a tarefa de substituir a Inglaterra no domínio da política e da economia mundial, e na Europa a interferência ocorreu com o oferecimento dos auxílios designados pelo Plano Marshall; como dito no discurso que deu início ao Plano⁵:

Long-standing commercial ties, private institutions, banks, insurance companies, and shipping companies disappeared through loss of capital, absorption through nationalization, or by simple destruction. In many countries, confidence in the local currency has been severely shaken. The breakdown of the business structure of Europe during the war was complete. Recovery has been seriously retarded by the fact that two years after the close of hostilities a peace settlement with Germany and Austria has not been agreed upon. But even given a more prompt solution of these difficult problems, the rehabilitation of the economic structure of Europe quite evidently will require a much longer time and greater effort than has been foreseen. (MARSHALL PLAN, 1947, p. 1).

A necessidade de ajuda externa para a reconstrução dos danos causados pela guerra se casou com a possibilidade dos EUA assumirem parte da hegemonia mundial, implementando sua concepção de paz e de democracia, cujas bases estavam alicerçadas internamente desde algumas décadas, quando um novo tipo humano fora elaborado nas classes trabalhadoras em conexão com a racionalização da produção e destruição das organizações políticas e econômicas de trabalhadores, isto é, o fordismo (GRAMSCI, 1976). De outro lado, a URSS não tinha condições econômicas para uma contraproposta à Europa, ainda que o conteúdo ideológico político fosse o suficiente para desestabilizar as classes trabalhadoras europeias.

Vittorio Gioiello (2013) faz clara menção ao impulso que os EUA deram à reconstrução das estruturas europeias: o senso liberal. O contributo norte-americano colocou em contradição o que Gioiello chama de “estado democrático social”, pois não foi promovido o progresso material e espiritual da sociedade europeia, tendo prevalecido as diferenças históricas entre os países do Norte com os do Sul, resultado da estratégia

⁴ Europa dos Seis foi precedida pelo Benelux, uma União Aduaneira iniciada entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, após a afirmação do Plano Schuman, se somam à União França, Itália e a Alemanha Federativa, em 1952.

⁵ O plano de intervenção dos EUA na reconstrução europeia foi declarado pelo Secretário de Estado George C. Marshall, num discurso na Universidade de Harvard, Massachusetts, em junho de 1947.

hegemônica levada pela Alemanha: “fundada sobre política de crescimento, guiada pela exportação apoiada da compressão dos salários e do consumo interno” (2013, p. 14).

Outras análises também apontam este sentido. Uma delas é a de Max Haller (2008) que visualiza a integração como um processo desempenhado pelas e para as elites europeias (elites políticas, financeiras, intelectuais, midiáticas)⁶, sobretudo pela elite econômica vista como “Owners and managers of large corporations and the leaders of agrarian and business interests groups have been most influential” (2008, p. 40). Da perspectiva metodológica e ideológica deste artigo, compreendemos que, embora o espaço comunitário europeu seja liberal, esse não é um fator que impede a associação direta entre os Estados, e suas instituições, com os maiores grupos econômicos, ao contrário, entendemos a partir da teorização de Lênin que “A república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo”, isto é, mesmo que essa forma política seja fundamental para as experiências políticas do proletariado, numa “monarquia como numa república democrática, o Estado continua a ser Estado”, e na concepção de Lênin, “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (2007, p. 25-31, p. 88-94). Portanto, muito coerente com o senso liberal foi a edificação de uma união política, social e econômica a partir dos interesses das elites, isto é, as burguesias europeias.

Os tratados feitos ao longo do processo de aglomeração dos países da Europa Ocidental numa perspectiva comum asseguram proteção às pequenas e médias empresas, mas de nenhum modo são restrições aos monopólios ao simplesmente estabelecerem a uniformização e liberalização das transações, tarifas e normas. Como sustenta Bieler (2005), as análises da integração devem observar que as competições entre os diferentes Estados em busca da acumulação capitalista (2005, p. 515); bem como indica um artigo sobre Política Comercial Comum, do Tratado de Maastrich, de 1992:

The common commercial policy shall be based on uniform principles, particularly in regard to changes in tariff rates, the conclusion of tariff and trade agreements, the achievement of uniformity in measures of liberalization, export policy and measures to protect trade such as those to be taken in the event of dumping or subsidies. (MAASTRICH TREATY, 1992, p. 27).

As regras se aplicam a todos os cidadãos da então União Europeia. De modo geral, a integração dos diferentes países se assenta na ideia de política externa e de segurança comuns, na cooperação policial e judicial e na ampla ideia de comunidades europeias,

⁶ Indicados como “the members of the European Parliament, the European Commission, and the European Court of Justice (2008, p. 39).

que envolve desde aspectos de saúde e educação, até regulação do mercado único. A história da integração pode ser desmembrada nas transformações validadas através de diversos Tratados e acordos, mas também pode ser vista da perspectiva da história fragmentária das classes trabalhadoras, pois as políticas sociais e econômicas adotadas nos espaços de decisão dos Estados reverberaram em todas as classes. Desse modo, Haller indica que, por exemplo, em diversos países as populações não puderam expressar aceitação/recusa sobre os tratados na forma de referendos, como nos casos da Bélgica, Alemanha, Grécia, Itália e Portugal, países dominados por partidos de centro-direita.

From this point of view, the refusal to allow the citizens to decide themselves directly about the process of integration can be seen as a further example of the typical relation between political state authorities and citizens in Germany, which is characterized by a certain arrogance and patronizing among the former and subservience among the latter. (HALLER, 2008, p. 17).

De fato, a integração não pode ser vista como uma unanimidade. Os dados estatísticos apenas ilustram algo qualitativamente mais complexo, afinal “Over the EU as a whole, the percentage of those who have a definite positive attitude is not much more than 50%” (2008, p. 255). Ainda que entre 1986 e 1992, anos decisivos para o afinamento da política de integração que levam da Comunidade Econômica Europeia à União Europeia, houvesse maior aprovação da população⁷, ainda assim não pode ser encontrado consenso na integração; as altas autoridades políticas e os grandes grupos econômicos desempenharam o papel de aceitação da democracia liberal de um lado, e do afastamento da perspectiva socialista, por outro.

Mesmo concretizado o projeto de democracia liberal, desde o início da busca da integração a presença da política dos comunistas foi um desafio para as classes dominantes, como no caso da Itália, onde o Partido Comunista reorganizado após décadas em clandestinidade aparece como uma das principais forças vitoriosas sobre o fascismo e com grande prestígio social. O papel que a esquerda comunista e a socialista desempenharam no processo de democratização é demasiado complexo, mas, em geral, os socialistas apresentavam um programa de democracia muito próximo do projeto visado pelos idealizadores da integração europeia, como Robert Schuman, Jean Monet, Altiero Spinelli, Alcide de Gasperi, Paul-Henri Spaak, entre outros⁸. Certamente o

⁷ Entre 1986 e 1992, as taxas que indicam a integração como “a good thing” estão entre 60% e 70%, dependendo do país (HALLER, 2008, p. 256).

⁸ Mais detalhes do projeto de integração europeia podem ser vistos, do ponto de referência dos seguidores desse projeto, no site: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/index_pt.htm#box_1>.

estabelecimento da democracia estava na dianteira da luta política tanto de socialistas, comunistas e democratas, contudo, o tipo de democracia concebido pelas diferentes classes sociais não dispunha do mesmo conteúdo.

Uma visão crítica é proposta por B. Appeldoorn (2003), pois reconhece as relações de poder, os interesses e as arbitrariedades nas forças em relação, isto é, o autor vê no conteúdo econômico do processo de integração a precondição para entender como a ordem surgiu e como se transformou. Appeldoorn não descarta a existência de uma perspectiva de interconexão entre os níveis supranacional, nacional e subnacional, mas dirige uma crítica às teorias da integração, propondo uma análise marxista para observação do contexto europeu. A visão proposta por Halliday (1999) também assume uma postura crítica, pois entende que o marxismo pode possuir grande serventia no entendimento das relações internacionais, um dos eixos desse entendimento que o marxismo oferece é justamente a compreensão crítica do que é o capitalismo, da implementação do capitalismo em todos os cantos do planeta de um modo que é desigual. De modo mais geral e contundente, a análise de Andreas Bieler diz que:

Thus, the intensification of exploitation of labour in order to secure the continuation of capitalist accumulation is identified as the social purpose visible in the revival of European integration. (BIELER, 2005, p. 515).

Um resgate das perspectivas críticas da integração é pertinente pois, desde o início do século XX, o debate sobre uma Europa unida se fazia no âmbito dos comunistas do Partido Operário Social-democrata Russo (POS DR), associando a política de uma Europa unida com a perspectiva da revolução socialista, já que a perspectiva de Estados Unidos da Europa indicava na época um combate às monarquias e uma oposição competitiva contra Japão e EUA alimentando a desigualdade do desenvolvimento econômico e político, “lei absoluta do capitalismo”⁹. Porém, a consigna de Estados Unidos da Europa não servia aos comunistas, pois essa deveria ser ampliada para Estados Unidos do mundo, o que de imediato estaria posto em paralelo com a ideia de socialismo, isto é, um período em que a forma política do Estado ainda não desapareceu por completo, o que, portanto, seria mais justo com a estratégia comunista de instauração de repúblicas socialistas contra os Estados atrasados através da liquidação das classes pela ditadura do proletariado. (LÊNIN, 1977).

⁹ “Do ponto de vista das condições económicas do imperialismo, isto é, da exportação de capitais e da partilha do mundo pelas potências coloniais ‘avançadas’ e ‘civilizadas’, os Estados Unidos da Europa, sob o capitalismo, ou são impossíveis, ou são reaccionários”. (LÊNIN, 1977, p. 351).

Num outro momento, um ponto de vista da esquerda comunista sobre a unidade europeia é a de Trotsky, que via na crise política da Alemanha antes da II Guerra a chave dos problemas europeus, que poderiam se desmembrar numa guerra aberta ou num processo revolucionário.

Os Estados Unidos soviéticos da Europa, tal é a única palavra de ordem justa que oferece uma solução ao espedaçamento da Europa, espedaçamento que ameaça não somente a Alemanha, mas toda a Europa, de uma completa decadência econômica e cultural. (TROTSKY, 1979, p. 57).

A unificação da Europa na perspectiva da luta de classes em benefício das classes trabalhadoras, era concebida como uma palavra de ordem para combater os nacionalismos aderentes ao fascismo, numa luta internacional para unificação das classes trabalhadoras europeias e para também retirar as classes trabalhadoras do espaço soviético da perspectiva do socialismo num só país. O enfraquecimento econômico e a decadência ideológica perpassavam também a esquerda, num reflexo contraditório que afetava as massas trabalhadoras do espaço europeu e soviético, se tornando um obstáculo na luta dos comunistas. A contenda EUA e URSS evidentemente é anterior ao período do pós-II Guerra, embora a partir daí seja qualitativamente diferente, mas nem mesmo no âmbito da esquerda comunista as lutas possuíam táticas e estratégias unificadas.

No pós II Guerra, uma forte oposição à política dos comunistas foi a absorção da política do welfare state bem-sucedida nos EUA para execução nos países da Europa Ocidental, pois, de acordo com a perspectiva de Haas, o assentamento das bases seria uma condição para a integração, isto é, a cooptação das classes trabalhadoras mediante melhorias na qualidade de vida, o que foi buscado através da instauração do bem-estar social pelos Estados na forma de providências e subsídios. O assentamento do welfare state europeu se deu em diferentes níveis nos países da Comunidade, indicando o caráter desigual das economias, submetendo os Estados menores aos maiores e sobrepujando algumas correntes políticas específicas, inclusive dividindo partidos da esquerda mais geral. Como diz Perry Anderson:

A marca registrada da socialdemocracia no norte foi a edificação de welfare states, com pleno emprego e amplos serviços sociais. As formas e a abrangência destes serviços variavam de país para país, e os resultados raramente se deviam apenas à iniciativa socialdemocrata (ANDERSON, 1996, p. 10).

Ainda que seja um processo de absorção contraditória, isto é, desigual e combinado¹⁰, as diversas políticas foram adaptadas às realidades específicas que se tornavam cada vez mais parecidas em seus aspectos generalizantes, isto é, a democracia liberal como forma política. Portanto, ainda que as diferenças culturais fossem levadas em consideração, como a persistência na manutenção de valores nacionais, línguas, aspectos de alimentação, etc., outros elementos sociais deveriam ser homogenizados, como os jurídicos, financeiros, industriais. A desintegração é o fator marcante. A diferenciação entre os países europeus não era apenas cultural, sobretudo também política e econômica, o que forçadamente foi conciliado num projeto único: abertura das fronteiras para livre circulação de bens, pessoas e capitais¹¹. Notadamente a integração europeia foi um processo desigual e combinado, em que prevaleceu a luta de classes.

Em aspectos mais concretos, a integração teve fases em que avançou e se expandiu, como nos anos de 1952, 1973 e 1986, em que aderiram países como Itália, França, Alemanha (ocidental), os Benelux, Inglaterra, Dinamarca, Portugal, Espanha, Grécia¹². A cada nova abertura e incorporação, o desequilíbrio natural das economias liberais deveria ser revertido pelos países interessados na entrada ao bloco, de modo a combinar níveis produtivos e reestruturar instituições de acordo com as referências já existentes. Assim, um olhar retrospectivo é preciso, pois o primeiro indício da integração na segunda metade do século XX pode ser visto na associação do Benelux, que compreendeu uma aliança entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo, países com economias capitalistas bem desenvolvidas. O segundo passo foi ampliação da aliança com a participação de Itália, França e Alemanha e os Países Baixos na formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, com a finalidade de controle da produção e transformação de matérias-primas para a indústria no espaço de fronteiras entre a França e Alemanha.

¹⁰ A perspectiva metodológica que é expressa na “lei do desenvolvimento combinado” está demonstrada na História da Revolução Russa, de Leon Trotsky. Ver: TROTSKY, L. A História da Revolução Russa. A Queda do Tzarismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

¹¹ Como resume a própria legislação europeia: “Free competition is a key element of an open market economy. [...] European Union competition policy ensures that competition is not distorted in the internal market by ensuring that similar rules apply to all the companies operating within in it.”. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/competition/index_en.htm>. Acesso em: 23 jul. 2014.

¹² A partir de 2013, a UE passou a ter 28 países e vários outros ainda se preparam para a adesão.

INTEGRAÇÃO E LUTAS SOCIAIS

Num espaço geográfico em que a integração foi desigual e combinada e num processo dentro do contexto da bipolaridade, a confecção do projeto de integração europeu pode avançar conforme a correlação de forças tendia a pôr as oposições na defensiva, estabilizando as bases sociais (HAAS, 1961). Foi a época de Ouro na Europa, onde o mercado foi democratizado, o turismo se tornou essencial em aspectos sociais e econômicos, a internacionalização de empresas e as pesquisas em desenvolvimentos deram uma cara nova ao capitalismo, de modo que até mesmo os partidos socialistas que tanto se disseminaram após a Guerra se enquadraram no novo modelo produtivo. Dois notáveis aspectos do bem-estar foram a propagação do consumo de massas e da migração interna entre áreas pobres e agrícolas para os centros industriais, e os altos gastos do Estado com os provimentos públicos para os indivíduos (HOBSBAWM, 2003).

Desses aspectos podemos destacar o caráter ideológico da atuação do Estado, que ao longo do período da Guerra Fria aglutinou em torno de si partidos socialdemocratas, socialistas e também comunistas: assegurar que mudanças radicais não eram necessárias na Europa, de modo que a virada neoliberal dos anos 1980 pudesse ser realizada por governos de direita num momento em que as classes trabalhadoras já estavam desprovidas de organizações políticas mais combativas. Ainda que o auge da política dos socialistas e comunistas tenha sido os anos de 1970 e 1980, a atuação dessas forças políticas em alguns países é importante para a confecção da integração desde os momentos iniciais e nos anos em que o neoliberalismo se propagou. Assim, como afirma Bieler, o papel dos sindicatos e do trabalho no cenário de resistência ao neoliberalismo não deve ser negligenciado nas análises (2005, p. 522). Portanto, vejamos alguns casos.

Com o ascenso do movimento fascista ao poder, a perseguição violenta desmantelou o Partido Comunista Italiano e o pôs na ilegalidade por décadas. Quando a república é retomada após um plebiscito, o PCI reaparece como uma forte e organizada corrente oriunda da resistência contra os fascistas, impulsionando mobilizações de massas greves gerais, se destacando como uma das principais forças do país, chegando a ser o maior partido comunista do ocidente.

Junto do PSI, o PCI participou dos primeiros governos de coalizão, encabeçados pelos democratas-cristãos, depois da guerra. Os comunistas permaneceram compartilhando o poder até que De Gasperi os baniu em maio de 1947, embora esses gabinetes fossem incapazes de propiciar o tipo de reforma que, como Togliatti proclamava, haveria de distinguir uma democracia progressiva de uma de tipo mais convencional. (ABSE, 1996, p. 66).

Desse período em diante, a Itália passou rapidamente pelo processo de reconstrução dos danos de guerra, através do Plano Marshall, e estabilizou a democracia na República como sua forma política. Mas, embora os resultados das lutas sociais travadas não tenham alterado o regime, elas foram turbulentas. A adesão da Itália ao grupo de países para controle da produção do Carvão e do Aço (CECA), além de significar um realinhamento externo com o bloco militar Atlântico (OTAN), trouxe um rápido crescimento econômico e social ao mesmo passo que gerou agitação nas fábricas e universidades. Houve explosões sociais nos anos de 1948, com greve geral semi-insurrecional, em 1967 e 1968 com mobilizações estudantis, entre 1968 e 1970, com as históricas rebeliões de trabalhadores nas indústrias do norte¹³. Além de conquistas organizativas, nos locais e condições de trabalho e estudo, o movimento de trabalhadores conseguiu a aprovação do Statuto dei Diritti dei Lavoratori, assegurando direitos importantes vigentes até hoje.

A potência das lutas travadas nesse primeiro momento de integração da Itália fez com que as classes trabalhadoras do país se beneficiassem do crescimento econômico impulsionado pela forte industrialização e pelo aumento do consumo. Porém, uma das contrapartidas foi o fato do próprio PCI passar a compreender que as conquistas de lutas significavam um caminho ao socialismo, compreensão que: 1) se expressou na ideia da “democracia progressiva”, que cada vez mais se tornou um compromisso institucional do PCI com as outras forças, como o PSI e a Democracia Cristã; 2) não estava coadunada com a transformação das classes trabalhadoras italianas, que se afastaram cada vez mais da política dos comunistas. O PCI, um caso singular na história da crise dos comunistas, se destacou das orientações da Internacional Comunistas, bem como das orientações estritamente soviéticas no pós-II Guerra¹⁴, passando a desempenhar um papel particular diante da distensão internacional que o bloco soviético passava, especialmente nos países ocidentais. O PCI se transformou tanto como o próprio país. A Itália deixou de ser um país estritamente agrícola, passando a ter regiões muito industrializadas e integradas no sistema europeu, aspecto que levou o PCI a ter uma concepção de que a integração seria facilitadora do seu projeto socialista, isto é, de superação gradual do capitalismo com a inserção de elementos de socialismo na economia (AGOSTI, 1999: 105).

¹³ Entre os revoltosos, estavam os trabalhadores da Fiat, da Montedison, Pirelli, Mirafiori.

¹⁴ Como indica Aldo Agosti, o PCI sofreu um duplo trauma com as denúncias dos crimes de Stálin: a desorientação interna dos adeptos do partido e a perseguição resultante do anticomunismo (AGOSTI, 1999).

Por fim, na Itália, a esquerda comunista envolta no PCI contribuiu com a integração em rumo, se tornou o primeiro partido comunista a ter representação no Parlamento de Estrasburgo.

Già all' XI Congresso, nel 1966, il PCI cominciò a guardare com occhio diverso alla costruzione dell'Europa, vedendovi da un lato uno strumento di rottura della contrapposizione tra i due blocchi, e dall'altro assegnando al processo di integrazione sovranazionale una prospettiva socialista. (AGOSTI, 1999, p. 98).

O papel da esquerda francesa está relacionado com as mudanças de sentido da política econômica do país, que do impulso imperial passou a se virar para o mundo capitalista e para a Europa, o que deu aos franceses números de crescimento que se expressaram no absurdo aumento da produção e consumo: o Produto Nacional Bruto passou de um índice de 100 em 1938 para 333 em 1970 (ROSS; JANSON, 1996: 35). O progresso na Quinta República foi contraditório. O crescimento se deu “apesar da burguesia” e não com seu apoio, alimentado pelo Estado e excluindo a força de trabalho das melhorias, pois os salários não aumentaram, o Estado não modernizou escolas, universidades e instituições, os sindicatos eram fracos e as leis do trabalho desreguladas.

O centro de atuação da esquerda estava no governo do general De Gaulle, que “oscilava entre o autoritarismo tecnocrático e o paternalismo arcaico”, seguindo orientações já conhecidas do movimento de esquerda da unidade entre as forças, se associando aos socialistas sempre que possível em frente-única. A estratégia da esquerda comunista, envolta no PCF, era a transformação socialista da França, a partir dos partidos que controlavam o Estado. Mas a pauperização das massas e a continuidade da rigidez desde os anos em que o Partido era aderente às lições stalinistas, foram cruciais para o deterioramento progressivo da esquerda comunista.

Os conflitos resultantes do período contraditório de crescimento estouraram em 1968. O PCF e os aliados de esquerda que estavam no governo se viram diante de impasses decisivos, pois as manifestações de estudantes e trabalhadores estavam ocorrendo por fora do raio de atuação dos partidos comunista e socialista. A tensão que imediatamente foi erroneamente analisada pelo governo e pelos partidos no governo resultou na maior greve na história do capitalismo moderno, que não só desestabilizou e surpreendeu a esquerda e a direita, como também colocou o regime em questionamento a partir das greves e ocupações.

A crise de 1968 revelou como o comunismo francês tinha se distanciado das forças sociais de oposição, acumuladas sob o governo gaullista. Sua incapacidade de lidar com o movimento estudantil foi o mais espetacular sintoma desse fracasso em se adaptar. Mas seu modo de lidar com os trabalhadores era, à sua maneira, diferente. A CGT adotava uma posição

intransigente em relação à modernização, denunciando o capitalismo com incansável militância verbal e promovendo greves onde conseguia. Mas, fiel às linhas baixadas pelo PCF, ela dava a entender aos trabalhadores que uma nova ordem social surgiria de cima, quando a esquerda chegasse ao poder. (ROSS; JANSON, 1996: 39).

Citamos dois aspectos resultantes das intensas lutas: diversas reivindicações de trabalhadores e estudantes foram atendidas, e houve mudança política na orientação do Estado. Do primeiro fator resulta ainda o aprofundamento da crise política da esquerda socialista e comunista francesa, o que implicou no segundo aspecto, pois o governo passou a adotar a social democratização em vigência em outros países europeus, mas dando mais liberdade de ação aos burgueses que buscaram o comércio internacional o ponto de apoio aos lucros. A esquerda comunista francesa não fica no isolamento, fazendo planos em comum com outras forças nacionais, e impulsionando com o PCI e PCE a perspectiva do eurocomunismo, uma estratégia de defesa do socialismo europeu em diferenciação ao soviético enquanto os PCs europeus ainda estavam nos governos e podiam aproveitar a onda de crescimento do pós-guerra para corroborar com as políticas de gradual avanço ao socialismo.

Temos os casos da Suécia e da Dinamarca, dois países com altos níveis da qualidade de vida das classes trabalhadoras no espaço europeu. Embora a Dinamarca viesse aderir à Comunidade Europeia em 1973 e a Suécia em 1995, a presença desses países nas economias e na vida política dos demais países europeus não se manteve por isso apartada, ao contrário, a dependência era plural. Na Suécia, as reformas nas leis trabalhistas e nos salários ocorreram por pressão de greves nos anos 1960, a partir do descontentamento com as condições de trabalho do modelo fordista. De um lado, o pleno emprego foi uma política levada pelos governos com a criação de cargos públicos e sustentação dos níveis de salários com referência na natureza do trabalho, por outro, pressionado pelo crescimento do Partido Comunista Sueco VPK, “as políticas implementadas pelo Partido Social-democrata Sueco favoreceram as grandes empresas voltadas para a exportação e promoveram a concentração de capital” numa maior atuação do controle público sobre a economia (PONTUSSON, 1996, p. 201-204).

Na Dinamarca, que em 1982 era considerado o melhor país do mundo para se viver, o welfare tem uma história longa, que remonta ao século XIX, pois nesse país a burguesia industrial ainda não era expressiva, dando lugar ao movimento de proprietários de terras, os fazendeiros, que desenvolveram instituições e ideologia próprias. “O período de formação da classe trabalhadora foi caracterizado pela migração em grande escala de

trabalhadores agrários e artesãos rurais para as cidades, em particular Copenhague” (CHRISTIANSEN, 1996, p. 261). Com a influência ideológica trazida do campo, as tarefas dos movimentos sindicais e do Partido Social-democrata no decorrer do século XX, foi “transformar uma mentalidade pequeno-burguesa numa consciência de classe trabalhadora” (1996, p. 261). Contudo, os social-democratas se associaram aos liberais na política, dando aos governos a dualidade de se preocupar com o bem-estar material da classe trabalhadora e manter uma rígida disciplina a partir dos sindicatos¹⁵.

Mas nem todos os países puderam aproveitar a onda de crescimento e bem-estar, como foi o caso de Portugal. As classes trabalhadoras do país viviam sob o domínio baseado na repressão e na miséria social da ditadura de Salazar, e as classes dominantes empreendiam há décadas a dominação ultracolonialista. A reviravolta portuguesa ocorreu com a associação das forças militares democráticas revoltadas com as guerras coloniais e com a miséria social, e forças de esquerda, como o Partido Comunista Português, o PCP. De uma crise política, econômica, social e institucional que mantinha Portugal à margem do crescimento europeu, emergiu a Revolução de 1974. Notadamente um país baseado na produção agrícola, a Revolução dos Cravos, de 1974,

solapou os interesses dos velhos grupos militares e financeiros que atuavam no país, dando um caráter socialista à produção. Porém, o esfriamento da Revolução e a investida organizada de partidos burgueses com apoio externo, como foi a atuação do Partido Socialista, foram alguns dos fatores decisivos para a reversão dos rumos socialista, guinando o país para a integração europeia. A liberação das tarifas aduaneiras, a reversão dos monopólios estatais, a reestruturação produtiva, entre vários outros, foram aspectos do enxerto da democracia liberal no país¹⁶, revertendo diversas conquistas das classes trabalhadoras e devolvendo o poder político e econômico aos grandes grupos financeiros. A entrada de Portugal na Comunidade Europeia foi possível com a reversão do caráter da revolução, que mudou de um viés socialista para o democrático liberal (VARELA, 2011).

Já o caso alemão é duplo, mas é relevante na análise aqui buscada centralizar no aspecto do papel da esquerda na Alemanha ocidental. O trauma ideológico vivida no país

¹⁵ No fim dos anos 1950, as divisões no Partido Comunista Dinamarquês levariam à formação do Partido Socialista do Povo, com claras tendências eurocomunistas, ainda que a política do eurocomunismo ainda não fosse concebida como tal; mas o anticomunismo na Dinamarca foi decisivo para a pequena expressão ideológica dessas correntes na vida política das classes trabalhadoras, prevalecendo a social-democracia e os sindicatos.

¹⁶ Os detalhes da integração de Portugal e Espanha podem ser vistos em: Actos relativos à adesão do Reino da Espanha e da República Portuguesa às Comunidades Europeias. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 1985.

foi duplo, negação do Reich e temor da invasão soviética (PADGETT; PATERSON, 1996, p. 143). É nesse patamar que a reconstrução geral do país inicia, com o caminho mais aberto às ideias de centro em que um dos grupos políticos mais destacados foi a União Democrata Cristã, com Konrad Adenauer em sua liderança, que foi Chanceler da República Federal. Primeiramente, a política externa entre Alemanha Ocidental e a França é estabilizada com um acordo assinado entre Adenauer e De Gaulle. Nos dois países a atuação da CECA foi fundamental para o crescimento industrial, e a Alemanha era necessária ao crescimento de todos os outros países da Europa ocidental.

A referência política da esquerda na Alemanha Federal era o Partido Social-democrata, o SPD, um partido que havia defendido o marxismo em sua estratégia e que foi duramente combatente e combatido pelo nazismo. Porém, após a segunda Guerra, o SPD em nada retoma as ideologias anteriores, deixando de ser um partido de trabalhadores para ser um partido de caráter progressista e popular, endossando o pluralismo eleitoral da República Federal, angariando militantes de quaisquer composições sociais. Assim, o referencial da esquerda na Alemanha é diferente de qualquer outro país, pois a maior força de oposição ao governo, o SPD, era agora claramente anti-marxista, e o governo era de maioria Cristã, do CDU e CSU (PADGETT; PATERSON, 1996, p. 149). Assim, os anos de crescimento expressivo da Alemanha¹⁷ foram levados por partido de orientação centro-direita, tendo encontrado pequenos grupos de resistências que foram duramente reprimidos.

Na República Federal, contudo, a revolta de gerações do final dos anos 60 foi um processo muito mais intenso que nos países nórdicos, deixando efeitos contraculturais mais profundos; isto porque a Alemanha Ocidental é uma sociedade mais industrializada e mais militarizada, onde questões ecológicas e de segurança pesam mais amplamente – e também, é possível afirmar, as tradições do romantismo cultural estão mais arraigadas (PADGETT; PATERSON, 1996, p. 150).

É dessa matriz social que emerge uma nova força de oposição, os Verdes, que deram um impulso às lutas contrárias ao desenfreado crescimento impulsionado pela burguesia alemã para o país e para os outros integrantes da Comunidade Europeia, forçando os social-democratas a se unirem com os cristãos nos anos de crise das décadas de 1970 e 1980. As crises dessas décadas tiveram repercussões em todos os países da Europa.

¹⁷ O crescimento embora possa ser considerado expressivo, deve ser visto a partir do patamar anterior, ou seja, o crescimento sobre as ruínas.

Algumas conexões podem ser encontradas nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho entre os anos 1970 e 1980. Foi o momento em que a crise do petróleo e do modelo produtivo do pós-II Guerra deram impulso à escalada neoliberal empreendida por governos de diversos países. Foi também quando a integração Europa enfrentou problemas, quando países como Portugal e Espanha tiveram profundas alterações de regimes, mas também quando o projeto de integração indicava uma nova Europa. As mudanças no mundo do trabalho envolveram aspectos da produção capitalista, das condições de vida das classes trabalhadoras e dos governos nos Estados capitalistas. A crise dos anos 1970, crise dos anos de Ouro, coincidiu com a crise dos sistemas comunistas e também com os anos de experiências da social-democracia europeia¹⁸, incidindo sobre a produção capitalista reduzindo o consumo das massas, acabando com o pleno emprego e com os pilares de sustentação do bem-estar social que foram as garantias dos governos social-democratas, indicando, mais uma vez, que o desenvolvimento foi desigual e combinado: a dolorosa absorção do neoliberalismo nos anos 1980 foi um fato que acometeu as classes trabalhadoras dos países da Europa Ocidental.

À decadência europeia dos anos 1970 e 1980, se somou a do bloco soviético, que começou a desmoronar a partir dos conflitos em várias das Repúblicas socialistas decorrentes da estagnação, que pode ser também fundamentada na ideia defendida por Hobsbawm (2003) sobre o paradoxo conservador dos governos soviéticos. As sucessivas reformas que tiveram Gorbachev à frente não visavam uma radical guinada em direção ao socialismo, mas sim a reestruturação das Repúblicas para a restauração capitalista, fato que facilitava e apressava o caminho para a integração dos países da Europa ocidental, num primeiro momento, e para futura anexação dos países do Leste sob a forma da democracia-liberal em oposição ao tipo de regime socialista em vigência há décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos mostrar que o projeto de manutenção de uma Europa unida e em paz prevaleceu, mas as conquistas sociais conhecidas como bem-estar, ou welfare state, se deram através de lutas em diversos países, assegurando que a integração liberal-democrática teria a competição como força motriz, mas os conflitos sociais não seriam eliminados. Foram conquistas que deram às classes trabalhadoras de alguns países

¹⁸ Foi uma crise que atingiu todos os países, especialmente os pobres (África subsaariana e América Latina (HOBSBAWM, 2003, p. 410).

européus as melhores condições de vida que poderiam ter dentro do capitalismo, mas que não poderiam ser perpetuadas no espectro da luta de classes em que o espaço socialista do Oriente e as organizações de esquerda no Ocidente passavam cada vez mais à defensiva.

Com a desintegração do Leste europeu e o fim da persistência do socialismo nas Repúblicas soviéticas, o avanço da integração europeia encontrou não o fim das cisões políticas, mas o rebaixamento da perspectiva socialista em benefício da restauração capitalista. A política externa da URSS no pós II Guerra refletia a política interna, possuía os mesmos fins da interna, isto é, a manutenção do status dominante adquirido pela burocracia como classe no poder, o socialismo num só país. A manutenção do socialismo na URSS sem sua exteriorização não implicou a ruptura das relações internacionais, pois visava o apoio das classes trabalhadoras de diversos países centrais e periféricos.

A efetivação da integração foi um reforço da contenda URSS/EUA, sobretudo o reforço da democracia liberal que teve como método para resolução de suas instabilidades as “crises na indústria e guerras na política” (LÊNIN, 1977, p. 354). O longo processo de integração, inacabado ainda, tomou forma política ampliada em fins dos anos 1980 e início dos 1990, numa mão dupla: ao mesmo tempo em que os Ocidentais conformavam um corpo político-social e econômico mais acabado, também se preparavam para incorporar os Orientais. Assim, a Europa Ocidental foi a agente responsável pela restauração do capitalismo nos países do Leste, pois nem mesmo a atuação da social-democracia era a perspectiva mais aceita pelas populações que saíram da órbita soviética.

Neste complexo de relações, a construção da Comunidade Europeia, mais tarde União Europeia, ocorreu de modo desigual e combinado, onde países com capitalismo mais atrasado tiveram que se submeter à lógica da competição, algo muito diferente do que planejavam os comunistas no começo do século, mas em proximidade com a atuação de diversas forças de esquerda, que utilizaram os benefícios da época de Ouro do capitalismo europeu para assegurar bem-estar material às classes trabalhadoras e um espaço nos governos, corroborando com o processo de integração. Contudo, os altos custos do bem-estar social estavam em contradição com os objetivos da competitividade implantada na Comunidade. A solução encontrada foi a execução de reformas das relações de produção criadas no pós-II Guerra, solapando as conquistas sociais e reorganizando o mundo do trabalho em amplo sentido sem que a esquerda organizada tivesse condições de impor resistências em nível internacional.

REFERÊNCIAS

- ABSE, T. Itália: Uma nova agenda. In: Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AGOSTI, A. Storia del PCI. Roma: Editori Laterza, 1999.
- ANDERSON, P (org). Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BIELER, A. Class Struggle over the EU model of capitalism: Neo-gramscian perspectives and the analysis of European Integration. *Critical Review of International Social And Political Philosophy*. Vol.8. n4: 2005, p.513-526.
- CARR, E. H. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- CHRISTIANSEN, N. Dinamarca: fim de um idílio? In: Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- DEL ROIO, M. Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se centros. São Paulo: Ícone, 2008.
- GIOIELLO, V. Contraddizioni del Processo D'Integrazione Europea. Roma: Rivista Antônio Gramsci Oggi, 2013.
- GRAMSCI, A. Escritos Políticos. vol 1. Coleção Universidade Livre. Lisboa: Seara Nova, 1976.
- HAAS, E. International Integratio: The European and the Universal Process. *International Organization*, vol.15 no 3: 1961. p.366-392.
- HERNANDEZ, M.C.; BUGIATO, C. Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o campo de Relações Internacionais. *Revista de Estudos Internacionais*, 2011.
- HOBBSBAWM, E. A Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- LÊNIN, V. Imperialismo: fase superior do Capitalismo. Centelha, Coimbra: 1974.
- _____. Sobre a Palavra de Ordem dos Estados Unidos da Europa. Lisboa: Edições Avante, 1977.
- MAASTRICH TREATY. Provisions Amending the Treaty Establishing the European Economic Community With a View to Establishing the European Community. Maastrich, 1992.
- MAIELLO, M.; ALBAMONTE, E. Nos Limites da Restauração Burguesa. *Revista Estratégia Internacional Brasil*, n.5. São Paulo, 2011.
- MARSHAL-LPLAN. The Marshall Plan Sppechby George Mashall. Cambridge, Massachussetts: June, 1947.
- PADGETT, S; PATERSON, W. Alemanha: Estagnação da esquerda. In: Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- PECEQUILO, C. S. A Política Externa dos Estados Unidos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- PONTUSON, J. Suécia: Depois da Idade do Ouro. In: Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ROSS, G; JENSON, J. França: Triunfo e Tragédia. In: Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- TROTSKY, L. Revolução e Contra-revolução na Alemanha. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1979.
- VARELA, R. A História do PCP na Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand, 2011.
- VIGEVANI, T.; MARTINS, A. R.A. A Contribuição Marxista para o estudo das Relações Internacionais. São Paulo: Lua Nova, 2011
- YALTA DECLARATION. Conference of Crimea. Yalta: february, 1945.